



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 47

O NUCLEAR IRANIANO E A POLÍTICA BRASILEIRA

Carmen Fonseca,

IPRI-UNL

19 | Maio | 2010

Numa semana em que se esperava que os países latino-americanos atraíssem as atenções devido à realização das duas cimeiras da União Europeia com o Mercosul (para relançar as negociações para um acordo de livre comércio) e com a América Latina e Caribe (marcada pela indefinição de objectivos), foi o Brasil por si só que voltou a chamar a atenção, e não pela sua actuação nesses *fora*, mas por causa da questão nuclear iraniana.

Com efeito, o Presidente Lula da Silva, acompanhado pelo Primeiro-ministro Erdogan, reuniu-se em Teerão com o Presidente Ahmadinejad para assinar de um acordo nuclear entre o Irão, o Brasil e a Turquia. O Acordo¹ assinado pelos três países em Teerão, no dia 17 de Maio, estabelece que o Irão depositará para a Turquia 1200 quilos de urânio

¹ O texto do Acordo está disponível em:
http://www.mre.gov.br/ingles/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=8219

levemente enriquecido e ao fim de um ano receberá 120 quilos de urânio enriquecido pelo Grupo de Viena [Estados Unidos, Rússia, França e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)], destinado a um reactor de pesquisa iraniano. Prevê ainda que essa actividade seja supervisionada pela AIEA e que o acordo tenha previamente o aval do Grupo de Viena, ao qual deverá ser enviado uma semana após a sua assinatura.

O Brasil tem vindo a desenhar uma estratégia externa de intervenção na área do Médio Oriente, quer nos encontros com Israel e com os líderes palestinianos² com vista a promover um acordo de paz, quer no domínio da proliferação nuclear. O diálogo com Teerão tem provocado críticas ocidentais que acusam o Brasil de apoiar o regime iraniano, ao invés de se alinhar com os Estados Unidos, o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e a Alemanha) e as Nações Unidas no processo de sanções contra o Irão. Tal como agora, já em Novembro de 2009³ quando expressou apoio ao desenvolvimento de actividades nucleares para fins pacíficos, e não outros, (referência que foi esquecida por alguns críticos), a que o obriga o texto da Constituição brasileira, Lula da Silva parece estar mais próximo de Teerão do que das potências ocidentais e do seu intuito de pôr fim ao programa nuclear militar iraniano através da aplicação de sanções.

Mas a que se deve este interesse do Brasil em apresentar-se como mediador no processo de paz do conflito israelo-palestiniano ou nas negociações entre os Estados Unidos e o Irão quanto ao programa nuclear iraniano?

Na verdade, a aproximação ao regime iraniano não deve ser interpretada como um sinal de anti-americanismo ou de qualquer ambição do Brasil em se tornar uma potência nuclear. O papel que o Brasil tem vindo a desempenhar junto do Irão reflecte a sua estratégia de política externa e os seus interesses nacionais que visam antes de mais a sua projecção internacional.

Historicamente, o Brasil tem-se definido a si próprio como um *soft power*, em que a diplomacia e o diálogo definem a sua atitude externa. Mas a política brasileira é formulada para fortalecer a autonomia do Estado (quer isso signifique uma aproximação menor aos Estados Unidos, uma diversificação de parcerias ou uma aposta na região) e para promover a sua projecção externa como um actor global, capaz de influenciar as decisões internacionais. Neste sentido, o Brasil quer obter um lugar

² Em Março deste ano Lula da Silva efectuou um périplo por Israel, Palestina e Jordânia. Para além de todas as especificidades da visita, alguns jornais referem-na como a primeira desde finais do século XIX.

³ O Presidente Mahmoud Ahmadinejad efectuou uma visita oficial ao Brasil a 23 de Novembro de 2009, sendo o primeiro presidente iraniano a visitar o Brasil.

permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, contra a vontade dos seus vizinhos, nomeadamente a Argentina. Lula da Silva resume essa orientação na sua entrevista ao *El País* : «El llamado mundo desarrollado tiene que comprender que la geopolítica ha cambiado. (...) Yo no quiero la guerra, soy un hombre de diálogo, y en la cuestión nuclear Brasil tiene una política muy definida. Quiero agotar hasta el último minuto las posibilidades de un pacto con el presidente de Irán para que pueda seguir enriqueciendo uranio, teniendo nosotros la tranquilidad de que sólo lo va a utilizar para fines pacíficos. Mi límite son las decisiones de la ONU, a la que, por cierto, pretendo cambiar porque tal y como está representa muy poco»⁴.

Por conseguinte, as recentes opções tomadas pelos líderes brasileiros enquadram-se essencialmente na ambição do Brasil em consolidar a sua posição no sistema internacional, o que é fomentado, por um lado, pela atitude e pelo carisma internacional do Presidente Lula da Silva e, por outro lado, pela aproximação do término do seu mandato, o que o leva a jogar em todas as frentes, dando eventualmente algum descrédito às consequências que poderão advir. O próximo Presidente terá que lidar com essas consequências e com as opções que forem sendo tomadas.

A política externa de Lula da Silva, especialmente no segundo mandato, foi bastante pragmática. De um modo geral, caracterizou-se pelo aprofundamento das relações com a América do Sul; a participação em *fora* internacionais como a OMC, o G20, ou o IBSA; e a diversificação de parcerias⁵ no chamado eixo Sul-Sul, reavivando as relações com África e com o mundo árabe, sem que isso tenha significado necessariamente estar contra as políticas dos Estados Unidos. E a esse pragmatismo soma-se uma política externa afirmativa: ao contrário de outros tempos, com o governo de Lula passou a existir uma afirmação clara dos seus principais objectivos e ambições.

Porém, o acordo entre o Irão, o Brasil e a Turquia extravasa os limites da política brasileira. Se o Brasil consegue satisfazer alguns dos seus interesses, o impacto deste acordo poderá ser muito mais vasto, e daí o cepticismo com que foi recebido, nomeadamente pelos Estados Unidos e a União Europeia, mas também pela Rússia e Israel. Alguns analistas consideram mesmo que o Brasil está a ser usado pelo Irão, que, desta forma, pode conseguir ganhar tempo, promover a ilusão de que as suas actividades nucleares visam apenas a produção de energia e esvaziar os motivos para a

⁴ Entrevista de Lula da Silva a Juan Luis Cébrian, *El País*, 9 de Maio de 2010. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/reportajes/Hay/cambiar/ONU/sigue/servira/gobierno/global/elpepusoc/dmg/20100509elpdmgprep_1/Tes

⁵ De notar que durante o mandato de Lula da Silva foram estabelecidas Embaixadas em vários países africanos e também asiáticos; e que, por exemplo, das trocas comerciais entre o Irão e América Latina, 80% são efectuadas com o Brasil.

aplicação de sanções por parte das Nações Unidas e da AIEA. Do mesmo modo que a atitude do Irão tem sido de desrespeito constante dos compromissos estabelecidos com os Estados Unidos ou das resoluções das Nações Unidas. É precisamente esta incerteza – quanto aos reais objectivos do programa nuclear iraniano e quanto às suas reais acções – assim como a actuação isolada do Brasil e da Turquia no diálogo com Teerão, que torna a sua posição frágil. E por isso, no comunicado apresentado pelo porta-voz da Casa Branca, os Estados Unidos reconheceram os esforços levados a cabo pelo Brasil e pela Turquia, mas acrescentaram que «The United States will continue to work with our international partners, and through the United Nations Security Council, to make it clear to the Iranian government that it must demonstrate through deeds – and not simply words – its willingness to live up to international obligations or face consequences, including sanctions»⁶. Desta vez, são os Estados Unidos quem contrapõe a autoridade das Nações Unidas às iniciativas singulares dos Estados, como o Brasil e a Turquia, que aliás ocupam, neste momento, dois dos lugares rotativos no Conselho de Segurança.

Encontrar os motivos que justificam as opções do Presidente Lula da Silva é sempre uma tarefa complexa, mas a ideia expressa na entrevista ao *El Pais* demonstra, até certo ponto, a sua atitude face ao poder e ao sistema internacional: «...un jefe de Estado no es una persona, es una institución, no tiene voluntad propia todo el santo día, sino que tiene que llevar a cabo los acuerdos que sean posibles. He aprendido eso en el poder y creo que ha sido bueno para Brasil. (...) En el ejercicio del poder soy un ciudadano, ¿cómo diría...? multinacional, multiideológico, ¿no?»⁷

⁶ Comunicado do Porta-voz da Casa Branca, Robert Gibbs, 17 de Maio de 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/statement-white-house-press-secretary-robert-gibbs-iran>

⁷ Entrevista de Lula da Silva a Juan Luis Cébrían, *El Pais*, 9 de Maio de 2010. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/reportajes/Hay/cambiar/ONU/sigue/servira/gobierno/global/elpepusoc/dmg/20100509elpdmgrep_1/Tes